

 **São Paulo, 8 de novembro de 2023**

**Exmo. Sr. Ministro das Relações Exteriores do Brasil**

**Embaixador Mauro Vieira**

**Desenvolvimento social, ampliação
do diálogo democrático e solidariedade**

## Atualmente, o mundo tem presenciado e vivenciado uma série de questões, guerras, lutas armadas, pandemias, escassez de água e alimentos, problemas ambientais e energéticos, entre outros, que exigem um esforço global, com ampliação do diálogo democrático e negociação visando o bem-estar de todos.

Nesse sentido, é emblemático que o Brasil, que marca o terceiro governo do Presidente Lula, num momento que estamos unidos, governo e sociedade, ajude com sua presença forte e respeitável, o diálogo e o desenvolvimento humano, visando a Paz, a Solidariedade e a Fraternidade entre todos os povos.

Vale destacar o papel importante e relevante que nosso País voltou a ter. Desde o início do ano, o Presidente Lula já manteve encontros com mais de 60 chefes de estado ou de governo estrangeiros e participou dos mais importantes eventos da agenda internacional. Teve papel influente e decisivo nas Cúpulas do G20, BRICS e do G7.

**Hoje, unidos, trabalhadores, empresários e governo têm uma posição estratégica, buscando o desenvolvimento sustentável, com geração de empregos e renda para todos. Entendemos que somente com desenvolvimento, empregos, distribuição de renda e diminuição da pobreza conseguiremos a tão sonhada Paz Mundial.**

Diante disso, permita-nos apresentar nossas propostas, amplamente debatidas entre as entidades representativas dos trabalhadores – Centrais Sindicais, Confederações, Federações e Sindicatos – de todos as regiões do Brasil.

Esse documento com propostas da Força Sindical, amplamente debatido no último Congresso da Central Sindical (2022) e na Conclat (Conferência da Classe Trabalhadora – 2022), reúne um conjunto de diretrizes e propostas do movimento sindical, reunidas nos últimos anos, seja através do balanço das experiências anteriores de políticas no Brasil e exterior e através da experiência de trabalhadores (as).

Assim sendo, entendemos o Ministério de Relações Exteriores do Brasil, juntamente com órgãos ligados ao governo, como estratégico no projeto de construção de uma sociedade aberta ao diálogo, tanto internamente, quanto externamente, com objetivo claro de busca pela paz e solidariedade entre os povos, como forma de amplitude para o desenvolvimento humano e fortalecimento da Democracia.

A Classe Trabalhadora considera central colocar a geração de emprego de qualidade, o crescimento dos salários, a promoção da proteção trabalhista, previdenciária e social para todos e para todas as formas de ocupação laboral, a valorização dos sindicatos e da negociação coletiva como elementos estratégicos do projeto nacional de desenvolvimento.

Ao lutar e conquistar direitos sociais e trabalhistas, o movimento sindical desempenha um papel central na construção da democracia, no desenvolvimento econômico e de políticas públicas fundamentais para o conjunto da sociedade. Neste momento, é necessário intensificar as nossas lutas e olhar para frente, mobilizar a esperança, reunir a força da classe trabalhadora nas ruas, com mobilizações e greves, para promover um futuro de mudanças que transformem o País. E este processo tem em sua base combater a desindustrialização.

Desempenhando mais uma vez o nosso papel histórico, oferecemos ao debate público propostas para que o País volte a crescer de forma justa e igualitária, debate esse que deve se espraiar para toda a sociedade brasileira.

O documento visa à elaboração de políticas, programas e ações relativos à indústria brasileira para as próximas duas décadas. O plano parte da visão dos trabalhadores (as) sobre o grave processo de desindustrialização que o País vivencia e os possíveis caminhos que podem ser traçados para a superação desse cenário. Nesse sentido, os trabalhadores entendem que não é possível pensar uma política industrial sem uma profunda articulação com o projeto de desenvolvimento econômico e social que busca a melhoria da qualidade de vida, com redução das desigualdades e distribuição de renda, e que seja ambientalmente sustentável nas diferentes regiões do País.

O Brasil é uma das principais economias industriais do mundo, resultado de cinco décadas de políticas de Estado indutoras do modelo de desenvolvimento baseado na industrialização, com a articulação de instrumentos de proteção à atividade industrial, crédito orientado à produção local, medidas tributárias de comércio exterior, desenvolvimento e transferência de tecnologia. Enquanto um dos países mais populosos do planeta e principal economia da América Latina, dentre os objetivos da presente proposta figuram: a recuperação do espaço perdido em termos do volume global de produção, seja do ponto de vista quantitativo, seja do ponto de vista qualitativo, em outras palavras no valor adicionado dessa produção. As próximas décadas devem ser compreendidos como o “momento de virada” da indústria nacional, recolocando o País, novamente, entre os maiores fabricantes industriais do planeta.

Dentre todas as atividades econômicas, é a partir da indústria que se tem maior capacidade de alavancar outros setores, já que cria e recria produtos, insumos, tecnologias e processos, além do seu potencial expressivo de geração de empregos, tanto diretos quanto indiretos, incluindo ocupações mais qualificadas. A deterioração dessa capacidade, em função da deterioração da atividade industrial ou de processos de “desindustrialização” resulta em efeitos negativos na economia como um todo, como já se percebe no período mais recente. A redução da atividade industrial no País gerou o estreitamento cada vez maior do espaço para a construção de um projeto de desenvolvimento econômico que permita avanços sociais e redistribuição de renda, de forma soberana e sustentável.

Por isso, o processo de retomada da indústria deve dialogar diretamente com as demandas urgentes da população brasileira garantindo o provimento e a soberania produtiva de bens e serviços necessários para elevação do padrão de vida. A industrialização orientada por missões sociais é eixo estruturante deste plano e ressalta que a industrialização não é um fim em si mesmo, mas um meio para a conquista do desenvolvimento social amplo e caso a iniciativa privada não seja capaz de instaurar as bases produtivas para o avanço da indústria, seja por baixo retorno de capital ou por conta da baixa capacidade de investimento, cabe ao Estado brasileiro arcar com as responsabilidades de atender as demandas da população. O empreendimento estatal direto deve ser considerado como possibilidade de industrialização em setores chaves que promovam o transbordamento tecnológico e a conexão de cadeias produtivas desarticuladas.

É primordial que a indústria contribua para a promoção do desenvolvimento econômico e social do País. Uma política industrial, no contexto de rápidas e profundas inovações, bem como da transição acelerada para um novo padrão de desenvolvimento produtivo em escala global, deve ter como finalidade a reversão do nosso processo de desindustrialização, com a geração de trabalho decente e uma contribuição decisiva para a melhoria da qualidade de vida da nossa população. Para isso, é imprescindível também o alinhamento ao Acordo de Paris e à Agenda 2030, da Organização das Nações Unidas, com o cumprimento dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), focado especialmente na redução das vulnerabilidades econômicas, sociais e ambientais que marcam a realidade brasileira.

Assim, na perspectiva da classe trabalhadora, são fundamentais para a retomada da indústria nacional a construção de políticas e programas orientados pelas seguintes propostas:

1. Este quadro de crise torna ainda mais necessário o fortalecimento dos processos de integração e blocos econômicos como o Mercosul, BRICS, G2O, entre outros que possam subsidiar as economias emergentes e em desenvolvimento, como é caso do Brasil, e outros países das Américas, África, Ásia, e no mundo.
2. Fortalecer e ampliar as relações com entidades internacionais de trabalhadoras e trabalhadores a fim de estabelecer um intercâmbio de experiências e um ambiente de cooperação entre os países, buscando entender o funcionamento do sindicalismo em outros países.
3. Construir uma política ambiental soberana e responsável, econômica e socialmente, deve ser uma ação concreta. Ambientalistas, indígenas, pesquisadores, empreendedores, produtores, trabalhadores pescadores, ribeirinhos e governantes devem se engajar neste debate. A Amazônia está sendo devastada, pede socorro. É fundamental defender as florestas, a biodiversidade, os biomas. Dado o caráter nacional da Força Sindical e sua vinculação direta com o mundo da produção e do trabalho, é também seu papel considerar os impactos ambientais gerados pela produção em todos os seus discursos, preocupações e 17 lutas. Cogitar sempre que possível modelos sustentáveis para a manutenção e o aprimoramento da atividade econômica. E também promover campanhas e ações para engajar os trabalhadores neste debate, fomentando um ambiente de conhecimento sobre o ecossistema do nosso País.
4. Articular as políticas de desenvolvimento produtivo no País. Esse processo deve estar ancorado nos investimentos em infraestruturas econômica, social e ambiental, como habitação, saneamento básico, serviços de luz e telefonia, segurança alimentar, mobilidade, acessibilidade, saúde, educação, rede e conexão de internet, entre outros;
5. Direcionar a política do Estado brasileiro como agente promotor do desenvolvimento econômico e socioambiental, revendo as privatizações e fortalecendo o papel estratégico dos bancos e empresas públicas e dos serviços públicos universais;
6. Investir no desenvolvimento local e regional, respeitando as diversificadas culturas e trabalhando suas potencialidades produtivas, econômicas, sociais e de geração de emprego e qualidade de vida;
7. Alterar a política macroeconômica priorizando o bem-estar econômico e social, a busca pelo pleno emprego e ampliação da renda do trabalho;
8. Atender às necessidades e demandas mais críticas da sociedade brasileira: a industrialização orientada por missões deverá se estruturar através do desenvolvimento voltado ao atendimento imediato de demandas essenciais da sociedade, como saúde (fortalecimento do complexo Industrial da Saúde), habitação, saneamento, mobilidade, rede e conexão de internet, difusão de energias renováveis, eletromobilidade, redução de emissões (Cidades Sustentáveis) segurança alimentar, dentre outras demandas;
9. Gerar empregos de qualidade: a retomada da indústria nacional precisa estar casada com a oferta de empregos de qualidade e a repartição dos ganhos derivados do crescimento econômico resultante, ao longo do tempo, com o fortalecimento da negociação coletiva e da liberdade sindical;
10. Garantir a soberania nacional com o suporte industrial em áreas estratégicas, com a utilização dos instrumentos de compras públicas e encomendas tecnológicas: estabelecer um posicionamento estratégico em segmentos críticos para a soberania de países de grande população, a exemplo das indústrias de alimentos, fármacos, medicamentos, infraestruturas energéticas, alinhando também uma política de comércio exterior pautada pelos princípios do comércio justo e com a utilização soberana dos recursos naturais, garantindo a ampliação do fluxo de comércio de bens e serviços de origem industrial, proteção aos trabalhadores e trabalhadoras e fortalecendo a integração regional;
11. Ocupar mercados compatíveis com o progressivo avanço de nossas capacidades produtivas, articulando demandas interna e externa com a reorganização dos elos de nossas principais cadeias industriais;
12. Reorganizar as cadeias industriais de valor, elevando a participação da indústria nacional e reduzindo a dependência de importações industriais: esse movimento deve ser norteado pelo preenchimento de elos e atividades relevantes para o avanço da indústria brasileira nos estratos de maior complexidade tecnológica, tornando as cadeias produtivas mais amplas, gerando demandas intrassetoriais;
13. Sintonia entre política industrial, política macroeconômica e gestão tributária: o processo de retomada deve estar ancorado em um arcabouço macroeconômico e tributário adequado ao desenvolvimento industrial, ao investimento produtivo e à inovação;
14. Estruturar política nacional e programas setoriais de educação técnica e qualificação profissional, em sintonia com a retomada industrial e a elevação de qualidade dos empregos gerados: deve-se compatibilizar as políticas públicas de educação técnica e qualificação profissional, de forma a assegurar e expandir a participação de trabalhadores em ocupações de maior qualidade e complexidade na configuração de uma nova estrutura produtiva nacional. Para isso é fundamental reorientar o papel do SENAI, articulando-o com a política nacional de educação profissional e tecnológica;
15. O Estado deve centralizar e organizar as políticas de tecnologia, inovação e crescimento destinando recursos em escala suficiente para que efetivos avanços no campo tecnológico, bem como especial atenção ao setor de bens de capital por seu papel central na modernização tecnológica dos demais ramos industriais;
16. Apoiar e estimular o fomento à inovação e modernização tecnológica: a formulação e implementação das políticas de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I) deve ter como foco o desenvolvimento de tecnologias orientados à solução de problemas relevantes para o desenvolvimento nacional, por meio da articulação de empresas, trabalhadores, instituições, governos e universidades, através da reestruturação do Sistema Nacional de Inovação (SNI);
17. Estabelecer recompensas para regular a relação risco-benefício oriunda do sistema de inovação, articulado coletivamente com a participação de empresários, trabalhadores e governos de modo a inverter a atual dinâmica pela qual os riscos são socializados com a sociedade enquanto os frutos são privatizados e pouco distribuídos coletivamente. Como exemplos temos a criação de um Fundo de inovação nacional (financiado através de royalties pagos para inovações financiadas pelo Estado); Compartilhamento de patentes; Empréstimos reembolsáveis – se e quando a empresa tiver lucro acima de determinado limite, deve devolver parte do empréstimo/subvenção para financiar investimentos futuros;
18. Política industrial alinhada com a transição justa para economia ambientalmente sustentável e preservação ambiental: orientar a retomada do crescimento industrial com os princípios de descarbonização, preservação de recursos e boa utilização das soluções baseadas na natureza, de forma estreitamente alinhada ao Acordo de Paris e à Agenda 2030, especialmente no que corresponde aos preceitos de indústria e infraestrutura sustentáveis, bem como do crescimento econômico fundamentado no trabalho decente;
19. Fortalecer e ampliar as estruturas de apoio empresarial para a indústria nacional, envolvendo assessoria técnica e tecnológica, apoio para exportadores, prospecção e suporte de novos mercados internacionais;
20. Garantir especial atenção ao fortalecimento das médias, pequenas e microempresas do setor industrial: os diversos instrumentos e suportes ao processo de retomada devem considerar as especificidades e necessidades ligadas à realidade dessas empresas;
21. Revisar os programas de incentivos tributários, preservando as ações estruturantes para a reindustrialização: os gastos tributários orientados para a atividade industrial devem passar por uma revisão orientada pelas diretrizes aqui expostas, levando à supressão dos incentivos incompatíveis com os princípios da retomada;
22. Estruturar política de financiamento adequada ao desafio de reindustrialização: o processo de retomada deve estar ancorado em instrumentos de crédito e financiamento fortemente orientados para a expansão e a modernização de capacidades produtivas, o que inclui política ativa de garantia de crédito e expansão do mercado de capitais.
23. Revisão da modificação realizada em 2017 na Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), que passou a se chamar Taxa de Longo Prazo (TLP). Essa mudança fez com que um importante instrumento anticíclico, que é o crédito baseado em taxas de juros mais baixas e de menor volatilidade, se tornasse muito mais instável, estando sujeito às decisões da conjuntura e da política monetária. Isso encarece os recursos e elimina o potencial que tem a política de crédito de contrabalancear situações sazonais, de instabilidade e de crise econômica;
24. Ampliar a utilização dos bancos públicos, em especial Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Banco de Desenvolvimento do Nordeste e do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul, de forma a aumentar a parcela de crédito ao segmento industrial, com taxas de juros compatíveis com as do BNDES, especialmente às médias, pequenas e microempresas industriais;
25. Garantir transparência, participação e controle social na formulação, implementação e monitoramento da política industrial e tecnológica: a política e os programas direcionados à retomada da indústria brasileira envolvemdiferentes segmentos, regiões e atores sociais, sendo fundamental a reconstrução de espaços de discussão e de diálogo social, retratando o desenvolvimento industrial como projeto e desejo da sociedade;
26. Para a implantação do plano de revitalização da indústria, é da maior importância que sejam estabelecidos indicadores e metas correspondentes aos esforços priorizados pelas diretrizes e propostas apresentadas. A elaboração de metas deve contemplar iniciativas de curto, médio e longo prazo, com prazos adequados e previsibilidade de realização, sendo especialmente necessário o estabelecimento de estratégias de curto prazo;
27. Acelerar as obras que estavam paradas e os investimentos públicos para garantir a geração de empregos de qualidade, através de planos de obras públicas nas áreas de infraestrutura econômica e social;
28. Apoiar o desenvolvimento de produtos sustentáveis em todos os setores, priorizando o bem-estar econômico e social, e a busca pelo pleno emprego e ampliação da renda e do trabalho;
29. Investir no desenvolvimento local e regional, respeitando as diversificadas culturas e trabalhando suas potencialidades produtivas, econômicas e sociais;
30. Ampliar do diálogo democrático, visando a Paz, a Solidariedade e a Fraternidade entre todos os povos.

Desse modo, esse documento é uma contribuição dos trabalhadores e trabalhadoras para a construção de um País mais Justo, Igualitário, com transporte digno, saúde de qualidade, moradia, empregos e renda para todos.

**Miguel Torres**

**Presidente Nacional da Força Sindical, do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo e Mogi das Cruzes e da CNTM (Confederação Nacional dos Trabalhadores Metalúrgicos)**